



Documentos

ISSN 0101-2835

Número, 94

Setembro, 1997

***A Pequena Agricultura
Familiar Paraense: uma
Abordagem Econômica
e Sociológica***

Embrapa

***A Pequena Agricultura
Familiar Paraense: uma
Abordagem Econômica
e Sociológica***

*Antonio Itayguara Moreira dos Santos
Alfredo Kingo Oyama Homma
Arnaldo José de Conto
Rui de Amorim Carvalho
Célio Armando Palheta Ferreira*

Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 94
Exemplares desta publicação podem ser solicitados à:

Embrapa Amazônia Oriental
Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n
Telefones: (091) 246-6653, 246-6333
Telex: (91) 1210
Fax: (091) 226-9845
e-mail: cpatu@cpatu.embrapa.br
Caixa Postal, 48
66095-100 – Belém, PA

Tiragem: 300 exemplares

Comitê de Publicações

Antonio Ronaldo Camacho Baena – Presidente
Ari Pinheiro Camarão
Célia Maria Lopes Pereira
Ismael de Jesus Matos Viégas
Jorge Alberto Gazel Yared
Maria de Lourdes Reis Duarte
Maria de Nazaré Magalhães dos Santos – Secretária Executiva
Moacyr Bernardino Dias Filho – Vice-Presidente
Regina Célia Viana Martins da Silva
Raimundo Nonato Brabo Alves
Raimunda Fátima Ribeiro de Nazaré
Sonia Helena Monteiro dos Santos

Revisores Técnicos

Exedito Ubirajara Paixoto Galvão – Embrapa Amazônia Oriental
Jean Hébette – NAEA/UFPa
Leopoldo Brito Teixeira – Embrapa Amazônia Oriental
Manoel Malheiros Tourinho – FCAP

Expediente

Coordenação Editorial: Antonio Ronaldo Camacho Baena
Normalização: Célia Maria Lopes Pereira
Revisão Gramatical: Maria de Nazaré Magalhães dos Santos
Composição: Euclides Pereira dos Santos Filho

SANTOS, A.J.M. dos; HOMMA, A.K.O.; CONTO, A.J. do; CARVALHO, R. de A.; FERREIRA, C.A.P. *A pequena agricultura familiar paraense: uma abordagem econômica e sociológica.* Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. 37p. (Embrapa Amazônia Oriental. Documentos, 94).

1. Agricultura familiar – Brasil – Pará. 2. Sociologia rural – Brasil – Pará.
3. Pequeno produtor – Brasil – Pará. 4. Economia agrícola – Brasil – Pará.
I. Homma, A.K.O., colab. II. Conto, A.J. do, colab. III. Carvalho, R. de A., colab. IV. Ferreira, C.A.P., colab. V. Embrapa. Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (Belém, PA). VI. Título. VII. Série.

CDD: 338.1098115

© Embrapa – 1997

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MIGRANTES NA AMAZÔNIA.....	7
ASPECTOS GERAIS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS	10
CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	17
O INVESTIMENTO NA ECONOMIA DA PEQUENA UNIDADE DE EXPLORAÇÃO FAMILIAR	22
A VIDA COMUNITÁRIA E O AMBIENTE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36

A PEQUENA AGRICULTURA FAMILIAR PARAENSE: UMA ABORDAGEM ECONÔMICA E SOCIOLÓGICA

Antonio Itayguara Moreira dos Santos¹

Alfredo Kingo Oyama Homma²

Arnaldo José de Conto³

Rui de Amorim Carvalho¹

Célio Armando Palheta Ferreira⁴

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um estudo mais amplo sobre a avaliação da adoção de inovações tecnológicas na agricultura paraense, cuja ênfase principal recai sobre a importância histórica do pequeno produtor de alimentos básicos. Resulta, também, do trato com as entrevistas diretas, acompanhadas de aplicação de formulários. As conversas gravadas foram realizadas para a obtenção de dados auxiliares.

No setor agrícola do Brasil existe um segmento envolvido basicamente com a sobrevivência da população rural, sem significativa interação com o mercado. E esta seção rural constitui a agricultura de subsistência.

A população agrícola de subsistência é, fundamentalmente, um problema social e a Embrapa, como empresa pública, não pode deixar de contemplar, em seus projetos, os agentes sociais nela envolvidos.

Apesar do cunho social predominante nos projetos dirigidos a esse público especial, deve-se levar em conta a

¹ Econ., M.Sc., Embrapa Amazônia Oriental, Caixa Postal 48, CEP 66017-970, Belém, PA.

² Eng.- Agr., D.Sc., Embrapa Amazônia Oriental.

³ Econ., M.Sc., Embrapa Florestas, Caixa Postal 319, CEP 88411-000, Colombo, PR.

⁴ Econ., Embrapa Amazônia Oriental.

potencialidade econômica de sua população. Uma instituição pública de pesquisa tem o dever de gerar tecnologias capazes de melhorar o nível de renda e a qualidade de vida da população ocupada neste segmento produtivo, pela sua gradual integração nos negócios do campo.

É útil ressaltar que uma das principais preocupações da pesquisa agrícola deve estar voltada para a geração de inovações tecnológicas, social e ecologicamente apropriadas, acessíveis ao pequeno produtor. É essencial que sejam identificados os fatores que limitam o aumento da produtividade em nível de propriedade. Para isso é importante, em primeiro lugar, conhecer os aspectos que envolvem o processo de produção e, como segundo aspecto, medir o significado de cada um deles objetivando definir o tipo de solução aceitável pelo pequeno produtor.

Dentre as estratégias da pesquisa agrícola capazes de atender à pequena produção de alimentos básicos, aparentemente duas alternativas apresentam-se como viáveis: a geração de tecnologias adequadas às condições sócio-econômicas dos pequenos produtores e a adequação desses produtores às tecnologias disponíveis. No primeiro caso, o fundamental é a atuação da pesquisa e da assistência técnica em condições específicas - até mesmo particulares - sobre cada sistema de produção utilizado pelo produtor. Na segunda alternativa, as ações envolvem práticas de preços e crédito subsidiado, de modo a tornar acessível à pequena produção os meios de que necessita para produzir mais e melhor. Somente assim o agricultor é capaz de adotar as tecnologias já disponíveis, eminentemente voltadas para a agricultura modernizada.

Porém, há problemas intrínsecos à formulação de cada uma, dessas estratégias. No caso de uma tecnologia específica para a pequena produção, embora apenas recentemente a questão venha merecendo certa atenção, tem-se revelado bastante limitada quanto à sua aplicação. Em pri-

meiro lugar, em função dos custos envolvidos no sistema de produção, na medida em que cada problema tecnológico resolvido reflete apenas um caso particular. Ou seja, resolvida a dificuldade específica de um produtor, este mesmo sistema dificilmente será aproveitado pelo conjunto dos agricultores, principalmente aqueles mais modernizados. Em segundo lugar, o próprio contexto político-institucional vigente (prioridade para a modernização) tem bloqueado a geração de alternativas tecnológicas para a pequena produção de alimentos básicos.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MIGRANTES NA AMAZÔNIA

Há apenas pouco mais de meio século, a região nordeste do Estado do Pará era intensamente coberta por floresta densa. Henrique J. Hurly, em viagem realizada em 1920, observou que:

“Até então, apesar de andarmos com a bússola à mão, os velhos “tuchauas” Germano e Travado (...) vinham nos guiando através da sombra da picada que então fizeram (...). De 10 horas até 11 ½ andamos perdidos, sem sair do rumo, procurando descobrir os vagos vestígios da remota picada”.

Naquela ocasião, Hurly previa que essa “excelente região, de flora e fauna tão ricas, poderá ser povoada por colonos batidos pelas secas e virá a enriquecer o patrimônio das terras agrícolas do Estado (...) os produtos colhidos escoarão, com facilidade e rapidez, pelo Guamá abaixo até Belém - centro de largo consumo e fonte libérrima de franca exportação.” (Hurly, 1921).

E assim foi feito. Porém, devido a um processo de ocupação desordenado, a exuberante floresta deu lugar à vegetação heterogênea, enquanto que os últimos vestígios da floresta original estão confinados em áreas de difícil acesso.

Os herdeiros dos “tuchauas”, Germano e Travado, possivelmente abandonaram suas terras e perderam suas identidades tribais, bem com todos os outros índios que habitavam essa região do Pará.

Como visto anteriormente, nesta colonização espontânea a dinâmica migratória dos nordestinos ocorreu por etapas, fazendo pelo menos três moradas antes de chegarem no nordeste paraense.

Da mesma forma, a amostra dos produtores entrevistados na Transamazônica, pesquisa realizada em 1993, revelou que os produtores residem há 14, 22 anos no mesmo local; que todos os proprietários nasceram no meio rural e 38,93% já tiveram experiência urbana e nos últimos 20 anos moraram em 2,04 localidades antes de se estabelecerem na região (Homma et al. 1997).

O migrante tem sido definido e tratado teoricamente de forma diversa pela literatura especializada. Disso afloram importantes diferenças na significação da palavra “migrante” e não menos contradições no que sobre ele é dito, como por exemplo os processos econômico-sociais de que participa, as suas condições de trabalho, as motivações envolvidas no seu deslocamento, o tipo de mobilidade espacial e ocupacional que desenvolve, etc. (Martins & Peliano, 1978; Faissol, 1978).

Na amostra de migrantes no nordeste paraense e na Transamazônica foi verificado um perambular por diversos Estados. Essas etapas ocorreram em épocas diferentes, já que diferente é o tempo de residência dos migrantes entrevistados. No entanto, o que fica identificado é um processo espacial extremamente disperso, se consideramos que a maioria dos envolvidos na pesquisa não veio diretamente para o nordeste paraense ou para a Transamazônica. Confirma-se, assim, a ocorrência da migração por etapas.

Sem o conhecimento das determinações estruturais de caráter econômico, é prudente admitir-se que a migração interna fica envolvida num conjunto de indicadores individuais (desempenho econômico, grau de escolaridade, motivação, etc.) ou de relatos de experiências particulares que pouco ajudam na compreensão dos fenômenos coletivos. Tratando-se de uma área de imbricação entre a sociologia, a economia e os estudos de população ou demográficos, o ambiente teórico comumente utilizado nas análises pontuais costumam sofrer as limitações e os problemas próprios de cada uma dessas disciplinas.

As migrações podem parecer, em alguns casos, como sendo o resultado de decisões racionais de pessoas em busca de "melhores condições de vida", isso podendo significar desde maior renda até terra própria, moradia, saúde, etc. Mas parece também que a migração, acima de tudo, é produto da vontade das pessoas, ou seja, elas migram porque querem. O caráter "forçado" da migração aparece dissimulado, ou, mais ainda, totalmente mascarado pela aparente voluntariedade.

O censo considera como migrante toda pessoa que reside num município diferente daquele em que nasceu. Essa definição carrega vários inconvenientes. Um deles é não identificar a migração intermunicipal, quer seja de sentido rural-urbano, urbano-rural, senão que também rural-rural. Dessa forma, não é levado em conta um tipo de deslocamento populacional que pode ter alta significação em situações e momentos determinados. Exemplo típico é o caso em que o município em questão compreenda ao mesmo tempo áreas urbanas relativamente prósperas ou desenvolvidas e áreas rurais pobres ou estagnadas. Casos de Castanhal e Santarém, no Estado do Pará.

Isto posto, tem-se que, ao venderem seu tempo de trabalho, em suas áreas de residêncial atual, alguns produtores, como já visto, estão prestes a perder definitivamente

suas condições de produtores autônomos. Percorrem uma trajetória histórica que os levará à classe rural dos despossuídos de meios de produção. É só uma questão de tempo. A partir daí, têm dois rumos a seguir: ou procuram os centros urbanos ou passam a fazer parte do “exército de reserva” de mão-de-obra para as médias e grandes propriedades.

No primeiro caso irão disputar lugar com os pobres, os desabrigados, os que formam os “bairros-problema” dos grandes centros urbanos da região. E a única razão para estarem ali é o abandono e a pobreza do meio rural. Com põem a classe rural dos “migrantes econômicos”.

Na Transamazônica, por exemplo, durante a pesquisa de campo no município de Brasil Novo, detectou-se que alguns jovens são mandados para a “rua” (sede do município) pela própria família, apenas para regressarem posteriormente, e após algum tempo como trabalhadores assalariados, trazendo um rádio, uma bicicleta ou um fogão à gás. O segundo ponto nesse processo diz respeito à “reunificação familiar”, segundo o qual o jovem que emigra para o centro urbano deve trabalhar para conseguir recursos financeiros e transferir para a cidade sua família mais imediata, abandonando ou vendendo a posse ou o título do lote.

ASPECTOS GERAIS DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS

Nestas últimas décadas, a agricultura brasileira passou por um processo crescente de tecnificação da produção. Assistiu-se a uma massiva substituição dos insumos tradicionais (esterco animal, composto orgânico, etc.) por insumos industriais (fertilizantes químicos, agrotóxicos, etc.). Em termos conceituais, poder-se-ia dizer que se observou uma fase de progresso técnico do capitalismo na agricultura. E sob o capitalismo a opção tecnológica envolve a valorização do capital. No caso brasileiro, interesses de grandes em-

presas, aliados ao capital financeiro, impuseram-se com a plena chancela do Estado, que determina, arbitra e põe em vigor as regras do jogo do capitalismo.

No Estado do Pará, as transformações tecnológicas são de menor significação, comparadas ao contexto nacional, envolvendo, basicamente, a cultura da pimenta-do-reino, a pecuária e alguns produtos de exportação.

O novo modelo agrícola reduziu a produção de alimentos, aumentando a concentração fundiária. Isto significa que privilegiou as culturas de exportação, que passaram a ocupar grandes áreas, e estimulou o crescimento das áreas de pastagens graças à expansão da pecuária de corte. Este tipo de política atingiu parte da pequena produção de alimentos, reduzindo o seu espaço físico.

De mais a mais, este modelo significa um novo padrão tecnológico que traz como características importantes, as seguintes:

a) vitalizando a modernização tecnológica, o crédito rural subsidiado extingue o sistema de crédito informal até então existente. Dispondo de garantias reais, o produtor prefere o crédito rural subsidiado ao financiamento informal; e

b) substitui as formas tradicionais de parceria pelo trabalho assalariado.

Este novo padrão estabelecido para a produção agrícola processa-se em escala diferenciada conforme a região, o produtor e o tipo de produto. Isto significa que o ritmo de incorporação das mudanças tecnológicas é extremamente rápido nas regiões mais desenvolvidas, nas grandes propriedades e em certos produtos, principalmente soja e cana-de-açúcar.

A política de modernização da agricultura deve estar plenamente identificada com as necessidades de superação da atual crise econômica e social e com a manutenção da democracia e da justiça social. Não se trata de sustentar e

ampliar a agricultura de subsistência. O processo de modernização da agricultura é desejável desde que alteradas as suas características seletivas vigentes e socialmente perversas.

Existe, no Estado, uma ampla diversificação nas práticas agrícolas desenvolvidas, principalmente no que se refere à seqüência de cultivos, aos tipos de culturas consorciadas e ao tempo de uso e descanso do solo para a regeneração natural (pousio).

Desta forma, algumas considerações merecem destaque. O cultivo da mandioca ao longo do ano permite a rotação ou a consorciação dessa cultura com arroz, milho ou feijão, compondo um modelo de exploração do solo bastante flexível. No principal sistema usado com culturas alimentares, o milho e o arroz são semeados em consórcio, logo após o início das chuvas, sendo a mandioca plantada mais tarde, aproveitando os espaços deixados por essas culturas. O feijão é semeado depois da colheita do arroz e do milho, entre as linhas de mandioca. Colhidos o feijão e a mandioca, no segundo ou terceiro ano de uso do solo, a área é abandonada para dar seqüência ao ciclo de regeneração natural. A mandioca geralmente ocupa o terreno por um ou dois anos, dependendo da variedade utilizada e da necessidade monetária do produtor. Alguns agricultores fazem o pousio depois da colheita do arroz e do feijão, enquanto outros costumam plantar a mandioca como primeiro cultivo, logo após a derrubada da capoeira. Ou seja, plantam milho ou feijão e mandioca, no mesmo momento, sendo as duas primeiras opcionais.

Como prática tradicional, o pousio é realizado deixando-se o terreno sem uso durante 3 a 4,5 anos. Segue-se a derrubada e a queima da vegetação que se estabeleceu na área, reproduzindo-se novo roçado. Nas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, o pousio registra, em média, 4,2 anos.

Considerando-se o grau de descapitalização do campo e o fato de os produtores não terem acesso a outras alternativas de preparo do solo, a prática das queimadas se justifica por ser este o processo menos oneroso dentre os existentes. A queima da capoeira derrubada leva ao extermínio de insetos e parasitas, além de incorporar nutrientes no solo. No entanto, seu uso sistemático acaba por desgastar o terreno, pela perda da fertilidade natural. Em média, o produtor trabalha dois anos no mesmo espaço, abandonando-o em seguida (Homma et al. 1993).

Dadas essas condições de baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, o agricultor se vê obrigado a realizar plantios consorciados. Procura tirar o maior proveito de várias colheitas, no mesmo ciclo agrícola e nos limites da mesma área. Assim agindo, reduz o tempo de trabalho nas operações agrícolas de seu roçado, colocando esse tempo à disposição de outros produtores (venda da força de trabalho). Dá-se a complementaridade nas relações de trabalho no meio rural, que se cristaliza pela própria variação do tamanho da área. Aqueles que possuem roçados maiores assalariam os que têm roçados menores. Em outras palavras, alguns pequenos produtores preferem cultivar um roçado de duas ou três tarefas (um hectare tem 3,3 tarefas), sabendo que têm condições de colhê-lo. No restante do tempo eles assumem a situação de assalariados do proprietário do roçado maior. Este último fornece desde o "quebra-jejum" (espécie de merenda matinal), ao jantar, além do pagamento do dia trabalhado. Estes produtores que alugam sua força de trabalho estão prestes a perder definitivamente a condição de produtores autônomos. Percorrem uma trajetória histórica que os levará, mais tempo, menos tempo, à classe dos despossuídos de meios de produção.

Este modo de produção adotado reflete, contudo, a plena adaptação do homem do campo às condições ambientais da Amazônia. A prática da agricultura itinerante tem seu uso generalizado e operações como o desfibramento da

malva e a maceração da mandioca destinada à fabricação da farinha d'água são realizadas com o aproveitamento dos igarapés locais, perenes e abundantes.

A quantidade de mão-de-obra familiar disponível é fator limitante para o tamanho da área a ser trabalhada. Primordialmente, o pequeno produtor rural dá ênfase às culturas destinadas à alimentação da família. A mandioca, por exemplo, é sempre cultivada, pouco importando as condições de preços de mercado ou a produtividade. Quando o programa de produção requer excedentes para venda, a área é ampliada. Cristaliza-se, neste caso, a necessidade de entrada de "algum dinheirinho" para a compra de determinados produtos necessários à manutenção da família, como vestuário, remédios, alimentos não produzidos no roçado, querosene e outros.

Dos produtos destinados à venda, a preferência do produtor recai sobre a farinha de mandioca. Os excedentes das colheitas de arroz, milho e feijão destinados à comercialização obedecem a critérios secundários na decisão de plantio. O interesse maior é a alimentação da família.

Vale ressaltar que, mesmo reduzindo ao mínimo o padrão alimentar do produtor e de sua família (cardápio composto de arroz e feijão ou farinha com peixe seco), estocando parte da produção para ir consumindo durante o ano e parte para a reprodução do novo roçado, ainda assim a unidade de produção familiar necessita dispor de meios monetários, para comprar bens essenciais, como já dito. Logo a venda de alguns produtos do roçado, em muito casos, não significa a existência de saldos de produção, os quais são medidos pela diferença entre o colhido e o imprescindível ao consumo. Indica, isto sim, as necessidades pecuniárias do produtor. O déficit familiar é suprido com a posterior compra desses produtos no mercado.

O conceito de subsistência, nessas condições, passa a ser a definição de uma subsistência como produção de alimentos para o mercado interno e não apenas para subsistência do produtor direto, sem considerar a comercialização. O segundo aspecto a se verificar é que, reduzindo ao mínimo o padrão alimentar, o pequeno agricultor explica, em parte, a formação artificial de "excedentes" vendidos fora da unidade de produção.

Além do uso de práticas agrícolas tradicionais na condução da lavoura, o pequeno produtor destaca-se pelo manuseio de instrumentos de trabalho rudimentares e em pequenas quantidades. Dentre os quais, o "tipiti" (tipo de prensa) utilizado na fabricação da farinha de mandioca, o "espeque" (torno de madeira com ponta), a enxada e o inseparável facão.

Para se entender como se organiza a produção da pequena unidade de exploração agrícola regional, é necessário que alguns critérios de ordem conceitual sejam estabelecidos.

A unidade de exploração ou unidade de trabalho é também uma unidade de consumo. Ou seja, a dupla dimensão cristaliza-se devido a produção ser praticada pelo grupo doméstico, entendido como o conjunto de pessoas que vivem na mesma casa e possuem uma economia doméstica comum. Este aspecto dá à unidade de trabalho um caráter familiar, especificidade, que é a característica fundamental da pequena produção ou produção agrícola familiar. O caráter familiar da produção afirma-se, então, a partir de uma divisão social e sexual do trabalho dentro do grupo doméstico. Neste tipo de organização social, a figura do "chefe de família" é fundamental e decisiva no processo de produção.

A contradição entre produção e consumo materializa-se com a oposição entre roçado e casa. O roçado é local de trabalho. Na casa consome-se o resultado desse trabalho. Esta contradição define a produção de subsistência.

No roçado familiar, é fundamental que se observe duas outras categorias organizacionais: o processo de produção e o processo de trabalho. A primeira categoria compreende o modo de como o solo é explorado (sistemas consorciados, plantios solteiros, rotação de culturas, etc.) e o nível tecnológico empregado. No processo de trabalho estão contidas as normas de organização da força de trabalho disponível na família e aquela que eventualmente a ela venha se incorporar em algumas fases do ciclo evolutivo do roçado.

A agricultura de alimentos básicos na Amazônia caracteriza-se, ainda, pelo domínio do trabalho vivo sobre o trabalho morto, este representado pelos objetos e instrumentos de trabalho.

Como já mencionado, parte da agricultura regional alterou a organização e a reprodução da pequena produção. O processo atingiu os padrões de organização do trabalho familiar, as expectativas de consumo da família e, como consequência, o cálculo econômico da unidade de produção.

Quando se afirma que o pequeno produtor rural estabelece um cálculo econômico para o seu roçado, deseja-se evidenciar que a unidade de exploração familiar rege-se por uma lógica interna própria. Disso surgem duas considerações: a primeira refere-se às motivações econômicas do pequeno produtor. Se o fim almejado para a produção é tão somente a subsistência familiar, o termo lucratividade não tem razão de ser. A segunda consideração diz respeito ao aumento da produção por unidade de área das lavouras. Se não há motivação para produzir além do necessário para a alimentação familiar (produção de excedentes), o pequeno produtor não se interessa pelo aumento da produtividade (Santos, 1990).

CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Na maioria dos casos, a comercialização se realiza na própria propriedade, na "porteira do roçado", como é comum se dizer, feita com intermediários.

Mesmo que algumas variações venham ocorrendo nas formas de circulação dos produtos comercializados na região, esta é a forma mais atual. Caracteriza-se, assim, a atuação do capital comercial como vetor da subordinação indireta do pequeno produtor rural. O capital comercial assume uma posição hegemônica, impondo regras de dominação, nas quais o crédito informal é o elemento chave.

É de se notar, ainda, alguns procedimentos que envolvem a comercialização da pequena produção agrícola:

a) "venda na folha": ocorre quando o produtor rural, que dificilmente tem acesso ao crédito formal (oficial), é obrigado a recorrer ao crédito informal, vendendo sua produção antecipadamente, "na folha", ou na "boca da safra", a preços aviltantes. De ressaltar os elevados juros que muitos pagam. Este mecanismo espoliativo se estabelece numa relação do tipo grande comerciante exportador/pequeno comerciante (taberneiro)/produtor rural, este financiado pelo primeiro. Os arranjos verificados no circuito de comercialização provocam a acumulação, beneficiando sobretudo os grandes compradores. Sendo poucos, eles controlam facilmente os preços, principalmente na época da safra; e

b) "aviamento": o produtor recorre ao pequeno comerciante, taberneiro, bodegueiro que para ele fornece vestuário, remédios, ferramentas e outras mercadorias a preços elevados. Na ligação direta entre produtor e taberneiro, este último financia o pequeno produtor, adiantando-lhe mercadorias ou dinheiro, cobrando juros exorbitantes. O pequeno agricultor antecipadamente coloca o seu roçado como garantia do financiamento.

Os alimentos de origem vegetal produzidos no Estado participam de forma diferenciada do processo de circulação. Ou seja, os sistemas de comercialização, por produto, não se configuram homogêneos para a totalidade dos produtores. Os produtos percorrem caminhos diferentes no mercado, compondo uma cadeia formada por diversos agentes sociais, formando um complexo processo de comercialização (Fig. 1).

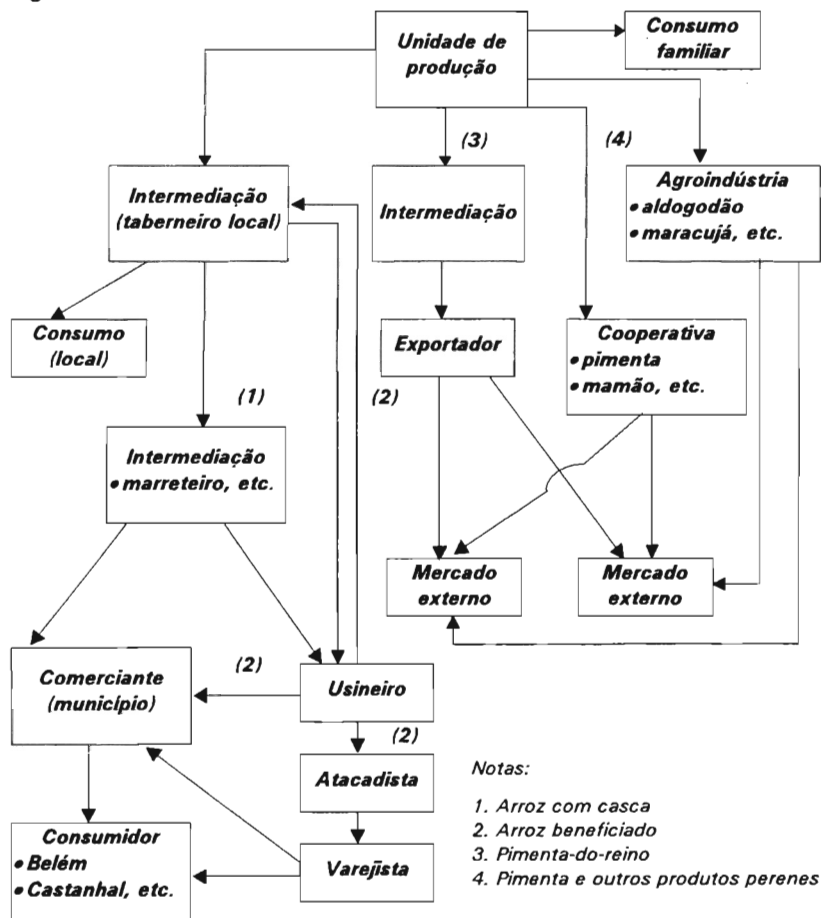


FIG. 1. Circuitos de comercialização de produtos de origem vegetal no nordeste paraense.

No centro do fluxo encontram-se os agentes sociais denominados genericamente pelo produtor de comerciantes. Nas vilas e pequenas comunidades são chamados de taberneiros, bodegueiros ou barraqueiros. O pequeno volume da produção e a dispersão das unidades de trabalho caracterizam a importância desses agentes de intermediação. São eles que aglutinam essas safras pulverizadas e assumem parte dos riscos da comercialização, da qual os grandes comerciantes se eximem.

A ligação direta e pessoal entre o produtor e o taberneiro apresenta uma contradição marcante. Se de um lado o taberneiro é tido como uma espécie de "salvador da lavoura", necessário à sobrevivência do produtor fornecendo-lhe financiamento e mercadorias a prazo, de outro é chamado de "ladrão". O pequeno agricultor alega que é roubado no peso e no preço das mercadorias e ainda, em alguns casos, forçado a trabalhar no roçado do taberneiro como pagamento pelo empréstimo concedido.

A espoliação do pequeno produtor pelo bodegueiro ocorre apenas em parte, na medida em que este se coloca na cadeia de comercialização como um "testa de ferro" do grande comerciante ou do usineiro (caso do arroz). Em algumas situações é o preposto do proprietário da terra. Portanto, acima do pequeno comerciante coloca-se o "patrão", peça fundamental na cadeia mercantil que liga o produtor ao taberneiro nos mais distantes pontos do interior.

Outro agente de intermediação é o "camioneiro" ou "caminhoneiro". Percorre os povoados vendendo, comprando e trocando produtos, numa atividade semelhante ao "regatão" que é efetuada por "canoeiros" e "barqueiros" nos rios da Amazônia. No interior do município de Capitão Poço, por exemplo, trocava peixe seco trazido dos municípios de Vigia e Marapanim por produtos da terra. Este agente compra

arroz em casca, feijão, farinha, milho e frutas regionais, diretamente do produtor realizando a venda nas feiras dos centros urbanos.

*Em algumas pequenas propriedades, a produção de milho e feijão é quase que totalmente destinada ao consumo caseiro. No caso do milho, o produtor está convencido de que o preço oferecido pelo taberneiro não paga os custos de produção, incluindo a "bateção" (extração dos grãos da espiga) e o transporte. Prefere, por isso, programar o plantio para atender ao consumo doméstico. O feijão, em geral, é comercializado diretamente com o atravessador, elemento que mobiliza pequeno capital e compra produto no retalho, em pequenas quantidades. Raramente o feijão é negociado com o taberneiro, pois alega que o "patrão" prefere o tipo chamado "feijão do sul" (*Phaseolus*), produzido, principalmente, no município de Alenquer.*

Sabendo da condição financeira do atravessador, o produtor pechincha os preços dos produtos que oferece. Os preços são impostos pelo agricultor, colocando-os o mais próximo possível dos níveis de mercado. Na prática, o atravessador, por vezes pequeno comerciante de feira, depende do pequeno produtor para assegurar sua sobrevivência, uma vez que vive da revenda dessa pequena produção.

O circuito de comercialização da farinha, em geral, passa pelos seguintes tipos de agentes sociais: a) o taberneiro, pequeno comerciante normalmente de origem rural e residente na mesma área do produtor; b) o comerciante estabelecido na sede do município; c) o proprietário de firma comercial em Belém ou nos grandes centros urbanos da região. Estes últimos liberam o crédito que é redistribuído entre os pequenos comerciantes até chegar à ponta do circuito, o agricultor.

Pode-se distinguir três tipos distintos de produtores de farinha, segundo a tecnologia empregada na produção:

a) o produtor amazônico (nativo) produz a farinha d'água, de cor amarela, que na sua mesa substitui quase por completo o arroz;

b) o produtor nordestino prefere a farinha seca, de cor branca. Uma parte da produção é vendida no mercado de Belém e outra exportada para o Nordeste e o Sudeste; e

c) os descendentes de nordestinos produzem a "farinha do Pará", um tipo misto, resultante da mistura da massa ralada de mandioca com a fermentada. Esta farinha é muito consumida em Belém.

No circuito de comercialização do arroz em casca, produzido na região nordeste do Pará, é marcante a figura do caminhoneiro, que trabalha financiado pelo usineiro. O seu lucro resulta da diferença que obtém entre o preço pago ao produtor e o estabelecido pelo usineiro. No entanto, as despesas com a manutenção do veículo não permitem lucros substanciais.

Como agentes principais da cadeia de comercialização do arroz em casca, os usineiros formam um cartel poderoso. As usinas de beneficiamento localizadas em Capitão Poço, Santa Isabel e Santo Antônio do Tauá, por exemplo, no momento da pesquisa eram as responsáveis pela compra de quase toda a produção de arroz do nordeste paraense, distribuindo o produto beneficiado para o comércio local, dos taberneiros aos atacadistas dos grandes centros urbanos, inclusive Belém. Eram eles que determinavam o preço de compra, o volume a ser comercializado e o preço de venda do arroz beneficiado aos atacadistas.

O taberneiro recebe uma comissão por saco de arroz em casca, comprado e repassado para a usina de beneficiamento. É prática quase generalizada este agente social aplicar o financiamento do usineiro no seu próprio roçado,

realizando-se como comerciante e pequeno produtor ao mesmo tempo. O financiamento aplicado proporciona-lhe a acumulação a partir de sua lavoura.

O INVESTIMENTO NA ECONOMIA DA PEQUENA UNIDADE DE EXPLORAÇÃO FAMILIAR

Observações de campo indicam que para os pequenos produtores da Amazônia, o grande problema é o baixo nível de bem-estar. A presença de uma “fome invisível”, a falta de mercado para os produtos, a deficiência de transporte, a qualidade do solo, o tipo de cobertura vegetal, a mudança nos sistemas de produção ao longo do tempo, entre outros, levam a crer que existe uma permanente insatisfação de consumo, pouco acima do nível de subsistência mínimo. Deve ser dito que o grau de fadiga da força de trabalho sofre variações conforme as circunstâncias de demanda de mão-de-obra e dos atrativos oferecidos. Da mesma forma, o grau de insatisfação do consumo, em vez de uma função contínua, deve oscilar entre dois patamares, variando de um nível mínimo de subsistência biológica – diga-se, 2.000-3.000 cal/dia, mantido o padrão tecnológico vigente.

O funcionamento do mercado de mão-de-obra representa algo que merece posteriores especulações no presente modelo. As evidências, na Amazônia, indicam a existência de dois preços para mão-de-obra, um comportamento equivalente aos ativos fixos de Johnson (1955). Uma unidade familiar de pequena produção, mesmo tendo estoque de mão-de-obra, por falta de opções tem um custo de oportunidade muito baixo para suas atividades produtivas, ou torna-se antieconômico para aquele que a contrata, muitas vezes regulado pelos salários institucionais. As necessidades de mão-de-obra, em face dessas condições, baseiam-se no pro-

cesso de troca de dias de trabalho, muito comum nas atividades ligadas às culturas anuais ou à meação, como ocorre nos plantios de cacau e café na Amazônia.

A importância da contribuição de Costa (1995), em termos de proposta de desenvolvimento agrícola, é bastante singular. Em primeiro lugar, realça a importância quanto às possibilidades de mudança tecnológica, como a mecanização agrícola na unidade de exploração de pequenos produtores. No nordeste paraense, em face das restrições quanto ao desmatamento, à escassez de áreas de floresta densa e de vegetação secundária, que já sofreram contínuas derrubadas e queimadas, a utilização da mecanização e de fertilizantes químicos é estimulada entre os pequenos produtores de feijão. A introdução da mecanização por esse segmento de pequenos produtores – mostrando uma ruptura com o processo tradicional –, modifica o grau de fadiga, mesmo que isso não leve à melhoria na renda, como já enfatizado por Nakagima (1969). Naturalmente que há uma época adequada para se iniciar a mecanização ou para a utilização de insumos modernos. O elevado custo fixo, por unidade de uso, dificulta a modernização, especialmente a mecanização, por ter menor divisibilidade. Uma solução seria reforçar os trabalhos de natureza comunitária, incentivando maiores investimentos por parte do conjunto de pequenos produtores.

Um conflito que se verifica nesta questão refere-se à adoção de sistemas agroflorestais (SAFs) por pequenos produtores na Amazônia – induzidos por ecologistas como maneira de evitar desmatamentos –, e dos programas de crédito rural do FNO, sem que haja aumento na produtividade da mão-de-obra. Alguns agricultores, em face do estoque de mão-de-obra disponível, ficam no dilema: cuidar dos SAFs ou das culturas de subsistência. Como a produção de alimentos tem maior utilidade imediata, a lógica é deixar os SAFs sem os tratos culturais apropriados, principalmente capinas. Outro aspecto está relacionado com o limite de disponibilidade de tempo dos pequenos produtores. Há que se qualificar, entre-

tanto, essa disponibilidade de tempo, escassa nas épocas de preparo de solo, tratos culturais e colheita, e sujeita a determinadas restrições climáticas e biológicas. Dependendo da localização, principalmente nas fronteiras velhas, as observações indicam a existência de excesso de oferta de mão-de-obra para o conjunto da população no meio rural. As restrições decorrentes do estoque de mão-de-obra disponível, da idade das pessoas, das mudanças de mercado e de fatores ambientais constituem outras variáveis que limitam as possibilidades de investimento.

As possibilidades de investimento dos pequenos produtores não estariam, portanto, presas somente à rígida limitação na disponibilidade de mão-de-obra, mas também à falta de alternativas apropriadas ao processo produtivo. Este aspecto foi bastante enfatizado no mecanismo de autocontrole de Paiva (1975). A aversão ao risco do agricultor assume importância no seu processo decisório à medida que a sua subsistência e da sua família dependerem da produção de sua lavoura e do estágio de evolução da unidade de exploração familiar. Acrescenta-se, também, a ignorância e a baixa capacidade empresarial desses agentes sociais na percepção das possibilidades de maior sacrifício no trabalho, levados até mesmo, pelo comodismo. Estes aspectos enfatizam a necessidade de reforçar o serviço de extensão rural e de educação no meio rural. Outro aspecto está relacionado com a qualidade e a disponibilidade dos serviços de infra-estrutura social à disposição dos agricultores na Amazônia. Constituído-se linha de frente na dinâmica da ocupação territorial, vão sendo gradativamente deslocadas à medida que avançam as formas de agricultura mais capitalizadas, sofrendo, dessa forma, uma localização "anti-von" Thuenen, com sensíveis prejuízos quanto ao transporte, à comercialização, aos preços recebidos, entre outros, prejudicando o processo de investimento.

Apesar da dualidade tecnológica existente, os produtos cultivados pelos pequenos agricultores amazônicos caracterizam-se pela baixa produtividade e lucratividade, que por sua vez se traduz em obstáculos à modernização, em razão do risco envolvido nas mudanças dos sistemas de produção. O próprio padrão de geração de tecnologia tem discriminado regiões, produtores e produtos, dificultando a obtenção de aumento da produtividade apenas através da realocação de recursos em sistemas agrícolas tradicionais.

Vale ressaltar as políticas de estímulos à utilização da mecanização, de insumos modernos, de preços agrícolas e de transportes, entre outros, com vistas à redução dos desmatamentos e das queimadas pelo segmento de pequenos produtores. A derrubada da floresta densa, ou da capoeira, depende de uma série de variáveis econômicas e tecnológicas. Entre as principais, poderiam ser destacadas a idade da capoeira, a disponibilidade e o preço da terra e da mão-de-obra, a densidade demográfica, o número de capinas necessárias à manutenção do roçado, a infestação de pragas e doenças, o custo da derrubada e o preço do produto.

Um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos agricultores, quanto à utilização das capoeiras com reduzido período de pousio, refere-se ao excessivo número de capinas (chegando em alguns casos a mais de dez), além da queda da produtividade agrícola. Isto faz com que o custo de produção se eleve em demasia, além de restringir o tamanho da unidade de exploração. Por outro lado, ao deixar as áreas de capoeira por longo período de pousio, isso implica custo efetivo não somente da área trabalhada, mas da área total que está em pousio. Dessa forma, a vantagem do custo da derrubada e da queimada da capoeira ser inferior, em comparação ao da floresta densa, pode ficar neutralizada pelo aumento do número de capinas e do custo efetivo da terra. O aparecimento de pragas e doenças torna-se, também, outro grave risco para os agricultores que utilizam as capoeiras com reduzido tempo de pousio.

No caso dos pequenos produtores da Amazônia, acrescenta-se o desconhecimento dos recursos naturais, o que faz com que nem sempre as melhores áreas sejam utilizadas para a agricultura. O insucesso de vários programas de colonização dirigida e espontânea na região está, em parte, relacionada com este aspecto, neutralizando o processo de investimento pelos produtores. Por outro lado, a própria degradação dos recursos naturais – à medida que se vai incorporando ao processo produtivo áreas de floresta densa –, o envelhecimento do proprietário e a disponibilidade de filhos em idade de trabalhar, fazem com que as possibilidades de investimento sejam diferenciadas.

Em termos de opções políticas, ressalta-se a importância de ser estimulado o consumo das unidades familiares para incentivar a produção, a produtividade e reduzir o grau de fadiga ao trabalho, como dependentes de políticas que procurem melhorar a infra-estrutura social das comunidades de pequenos produtores (eletrificação rural, estradas, escolas, saúde, etc.). Nesse sentido, apesar de as soluções serem distintas para as diversas regiões do país, reforça-se que há necessidade, por parte do governo, de direcionar maiores investimentos públicos para o meio rural, visando o segmento de pequenos produtores. A baixa capacidade de investimento da pequena agricultura torna-se causa e efeito de outros fatores negativos. E os investimentos governamentais em infra-estrutura social devem ser enfocados como política prioritária.

A VIDA COMUNITÁRIA E O AMBIENTE DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

As entrevistas que se seguem enfatizam a importância social da pequena produção agrícola regional, as características do movimento migratório do Nordeste para a Amazônia e as peculiaridades dessa pequena produção. A primeira foi gravada no interior da comunidade de Santa Luzia, município de Capitão Poço (Rodovia Capitão Poço-Irituia), propriedade do agricultor Ribamar. Deve-se muito ao auxílio do "compadre" Galdino, conhecido na comunidade por exercer as funções de pequeno comerciante e agricultor. Com seu auxílio foi possível entrevistar Ribamar e sua família. Esta parte da entrevista é dedicada a eles, pela confiança, amizade e hospitalidade.

No texto, a identidade da pessoa que fala é designada pela primeira letra do apelido caseiro. As perguntas foram antecipadamente estudadas e mentalmente gravadas, com vistas a se conseguir os objetivos desejados. Além do entrevistador, identificado pela maiúscula E, participaram:

R - Ribamar (Riba), chefe de família, nascido em Timbiras, MA, em 1913 e morador de Capitão Poço desde 1936;

DZ - Dona Josefina (Zefa), mulher de Ribamar, nascida em 1913, também em Timbiras;

Z - Zeferino, 52 anos, terceiro dos "fio home" do casal, nascido e criado em Santa Luzia.

Quanto ao problema de como reproduzir a matéria original, hesitou-se entre duas opções. A primeira seria utilizar uma ortografia ortodoxa, mas distante do discurso original. A segunda, tentar ser fiel ao que foi falado. Ao se utilizar a ortografia ortodoxa, os resultados apresentaram-se distanciados demais da realidade sócio-cultural do ambiente rural. Perdia a expressiva riqueza linguística. Resolveu-se, então,

pela transcrição a mais fiel possível dos discursos. Espera-se, desta forma, comunicar a experiência dos entrevistados. Na transcrição, as perguntas do entrevistador são sublinhadas somente para distingui-las das respostas dos entrevistados.

A família morava em uma casa de pau-a-pique, coberta de cavaco, possuindo uma ampla sala com mobiliário rústico, dois quartos e cozinha. Em uma puxada ficava o depósito e a casa de farinha. No terreiro, a “criação e os animais miúdos”.

A casa estava distante aproximadamente três léguas⁵ da estrada de Capitão Poço-Irituia. O roçado, encravado na capoeira, distava da casa cerca de uma légua, medindo em torno de cinco tarefas. Este o ambiente rural.

E - Compadre⁶ Riba, desde quando o senhor mora aqui?

R - Desde 36. Eu nasci em Timbira, no Maranhão, no ano 13. Nossa família era grande, 12 filhos. Lá é lugar que num dava mais nem pra criar bode. Só é babaçu. Nós botava a roça e lá vem babaçu. Saía do chão feito praga. Aí mudemo. Peguei Zefa, nossos baguio (pertences) aí eu disse: vamos mudar. Aí nós peguemo estrada e fumo pra Caxias (cidade do Maranhão). Fiquemo por lá até qui nasceu o Durnivá (Durnival, filho mais velho do casal). Zefa, qui ano nasceu o Durnivá?

DZ - Foi no 32. A gente tava agregado do cumpande Cirilo, num si lembra não?!

R - Olha qui num mi lembro. Bom. Aí dotô, nós dexemo o Durnivá ficá mais taludim (crescido) e botemo os pé na puera. Tinha fé de encontrá terra boa prós lado do Pa-

⁵ Uma légua equivale a seis quilômetros.

⁶ O termo *compadre* é muito usado, demonstrando respeito e amizade. Neste caso, procurou-se colocar a conversa de modo informal.

rá. Mudemo prá junto de Imperatriz, MA. Peguemo um pedaço de chão e butemo a roça, criemo animá miúdo e criação. Aí naceu o otro fio home, o Tonho (Antonio). Mas começô o mau tempo. Quando cheguelo lá, num tinha muita gente, não. Dispois foi chegano muita gente e o pessoá foi fastano (afastando), fastano. Deu prô pessoá trabaia, e impastava e botava a roça mais prá frente. O gado dos ôtro deu prá entrá na roça e acabava tudo. Num bastava a cascavel inda tinha os boi.

E - Eles tinham muito gado?

R - Não. Dispois foi que eles foram comprano e sotano o gado. Aí tinha muito gado e vaqueiro. Aí chegô meu irmão mais caçula, Jerne, e disse: "Vamo prô Pará. Em Codó esbarrei com um gateiro (caçador de onça e outros animais silvestres) qui falô qui no Capitão Poço as terra são boas e num tem dono". Aí eu disse: Minino, vumbora prá lá, proqué lá cria um porquim, cria um bode e aqui vô fazê o quê? Vamu lá vê o causo como é. Bom, dotô, prá num incumpridá, inté hoje tô aqui. Dentro desses anos tudo só fiz uma muda de gleba e vim mais práqui, fora da istrada.

E - Seu irmão e os filhos moram todos aqui?

R - Zefirino, fala tu home.

Z - Não dotô. Tio Jerne foi prôs lado do Madeira (rio Madeira) trabaia na borracha, no ano 38. Queria enricá. Nunca mais vortô. Nois semo três fio home e três fia mulé. Dos home, o Durniva foi bataia no garimpo e o Tonho tem uma gleba quaje dano (quase limite) com a minha, a umas 10 léguas daqui no rumo de Irituia. As fia muié casaram, só não a Nai (Nair, mais nova da família, 30 anos) que ficô aqui prá dijutório (ajuda) prôs véio pai. Tudos nois trabaia na roça. Quando dá tempo de aperreio, uns ajuda o ôtro. Nois planta um pôco de arroz, feijão e mandioca. A malva dá di graça. O

Tonho tá exprementando algodão. No começo a farinha era só prá cumê. Hoje nois vende um pôco pra arremediá. É roça de pobre, sabe!

E - Voces só vendem a farinha?

Z - Eu calculo assim na minha técnica. A gente bota uma roça de pobre mas dá prá aguentá a famia e vende alguma coisa. Na coleita a gente vende algum arroz, farinha, mii (milho) prós niguciante. O cumpade Galdino (taberneiro da comunidade, já citado) sempre compra a produção e avia mantimento.

R - Mas esse sacana⁷ róba muito a gente. As vez vem um niguciante e dá o preço do arroz. Aí nois leva pró cumpade Galdino e ele fica enchendo miolo de pote (conversa vazia) e bota o preço lá embaixo. As vez a gente vende pró mode que tá devendo prá ele.

E - Compadre Riba, como era este lugar quando voce aqui chegou?

R - Esse mundo era tudo mata. Era cada pedaço de pau que dois home num abraçava. Pela nossa técnica, nois jurguemo enfretá. Era mato bruto, e pra tudo canto, quando dava noite, nego só via onça isturrá. Fizemo uma barraquinha e entremo prá dentro e fomo trabaiá. E toquemo fazê a roça. Metemo ferro e fomo indo (fomos indo), e hoje tá assim.

E - Os técnicos da assistência técnica passam por aqui?

Z - Inté que não. Sabe, esses dotô só qué sabê de roça de rico, de japonês. Um chegô aqui disse pró véio meu pai: "É preciso organizá essa roça, bota semente boa, adubo e remédio (inseticida) prás pranta bota mais mió". Aí meu

⁷ Para entender o discurso de Riba é preciso levar em conta que o uso do palavrão é anormal no ambiente rural.

véio faló que era roça de pobre e pela nossa técnica a roça tava dano assim mermo. Sabe, dotó, eles diz umas coisa, é tudo caro e quando vai vê dá prejuízo. Só dá prá rico.

E - Compadre Riba, e a mata daqui, voces a derubaram toda?

R - Nois não. Um dia chegô aqui um tal de seu Manué, lá das bandas de Castanhal, e disse que era dono das terra. Que ele tava aqui pra mode binificiá a terra e tacô a dirrubá a mata. Carregava o caminhão véio de toro e ía imbo-ra. Adispois vortava a dirrubava mais mata. Aí eu disse: Esse cara é ladrão. Já tirô a madeira dessa merda tudo e não bini-ficiô nada. Nois vamo acabá num teno um pau de roça aqui. Nois juntemo os moradô e butemo o invasô prá corrê. Si nunca mais vortô é pru mode que num era dono da terra. Era ladrão mermo. Hoje nois temo o papé da terra dado pelo gun-verno.

Observa-se neste trecho da entrevista, a abundância de observações extraídas da pequena unidade de produção familiar. A riqueza lingüística típica do interior, a influência do chefe de família na unidade de produção (roçado) e de consumo (casa), o relacionamento entre o produtor e o "niguciante", o modelo migratório por etapas adotado pela família nordestina, a luta entre a pecuária e a produção de alimentos básicos, a defesa do meio ambiente contra a agressão ecológica e a resistência à adoção de inovações tecnológicas caras.

Como detalhe, apesar de o palavrão ser excepcionalmente utilizado no ambiente rural, o pequeno produtor dele faz uso para demonstrar sua revolta quando sente ameaçada a sua sobrevivência. A espoliação é tratada com o palavrão. Quando o palavrão é usado gratuitamente, acaba sendo degradado. Numa conversa, desde que se use a mesma expressão dez vezes, repetindo-a em cada frase, como para marcar ritmo, aí não tem sentido. No caso deste trabalhador, reflete um forte sentimento de revolta.

Cearense e aparentando 65 anos de idade no momento da entrevista, o segundo depoimento deu-se com o pequeno agricultor Renato. Morava às proximidades da rodovia Castanhal-Vigia, região nordeste do Estado do Pará, município de Castanhal. A reprodução do discurso obedece o mesmo padrão do anterior. O entrevistador é identificado pela letra E e o entrevistado por R.

E - Compadre Renato, o senhor mora aqui há muito tempo?

R - Fui trazido praqui pelo meu pai. Inda era piquinim e num me alembro bem. Era o mais caçula dos irmão. Tinha eu, mais três irmão e os dois véio. Que Deus tenha eles. Me alembro que meu véio pai pegô um pedaço de chão ali dijunto, umas quatro légua mais pra dentro e ali fiquemo. Foi trabaçando, trabaçando e aguentando o dicumê da famia. Dispois eu já dava pra ajudá. Era toda a famia na roça. Quando já tava mais mió nois cheguemo ao raiocino da carregá lenha pra “Maria Fumaça” (locomotiva da estrada de ferro Belém-Bragança). Nois carregava a lenha e ganhava dos home da istrada, que tirava ela das terra divoluta.

E - E a mata aqui era bonita?

R - Tinha muita mata. Mas todo mundo da cidade tacou ferro nela pró modi vendê prá “Maria Fumaça”. Era um dijutório (ajuda), sabe? Nois carregava a lenha e sempre tinha um dinheirim. Mas vortano pro difunto (retomando a conversa), a “Maria Fumaça” comeu toda a mata daqui. Agora é só capuera e a terra tá ficano fraca.

E - O senhor tem recebido assistência do governo para melhorar a produção da roça?

R - Num tem não. Uns tempo veio um dotô pró modi fazê expremento aqui. Dei um pedaço de terra e ele encheu de canteirim e prantô arroz. Dispois botava remédio e veneno prá pranta (fertilizante e inseticida). Aí ele fez um rapapé (auto-elogio), disse qui era dotô di agrônômica e dis-

se: “Fique arreparano qui meu arroz vai botá mais mió qui o seu”. Aí eu fiquei arreparano, arreparano. O causo é qui ele veio praqui umas três ou quatro vez e num vortô mais. E o arroz lá, intanguidim, intanguidim. Acontece peguei o que restô do passarim e sapequei no pilão.

E - Se a terra é fraca, por que continuam plantando roça?

R - Nois temo nosso fios e netos pra dá dicumê, e damo da roça. Num temo outra profissão. Puxano a narração, as vez eu vorto o raciocino prá trás e digo: Proqué a gente num muda pra ôtra terra? Mas o causo é qui nois mora tudo aqui dijunto, fios, netos, a gente já se acostumô aqui. Dispois o seguinte: os véio tão enterrado aqui. Os umbigo dos minino e dos neto tá tudo aqui. Antonce num dá prá mudá. É tacá ferro na roça, pegá um dinheirim dos dono de pimenta e sigurá a vida véia.

Este aspecto merece especial ênfase. As condições dos solos de terra firme do nordeste paraense não são recomendadas para a produção econômica de alimentos básicos nas condições tradicionais. A produtividade média das culturas é baixa, se comparada ao contexto regional. Mesmo assim, o pequeno agricultor continua trabalhando na roça porque tem que alimentar a família e “não tem outra profissão”. Não dispõe de tecnologia alternativa entre a moderna e a herdada de seus ascendentes. No caso do produtor Renato existe, também, um sentimento familiar muito forte que o prende à terra. Mas certamente este sentimento está seriamente ameaçado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo e a tendência é que ele seja expropriado de seus meios de sobrevivência. Outro fato curioso do discurso: a devastação da floresta original da região para abastecer de lenha a “Maria Fumaça”. Foram milhões de metros cúbicos de madeira literalmente transformados em fumaça.

Uma das preocupações, no decorrer da pesquisa de campo, dizia respeito a existência ou não do “efeito demonstração” ou “efeito multiplicador” junto à pequena produção. Ou seja, no momento em que o produtor vende temporariamente sua força de trabalho a outro agricultor, principalmente para o pipericultor, ele aprende a lidar com fertilizantes, sistemas de produção sofisticados e outras formas modernas de produção. Até que ponto este aprendizado seria aplicado em sua própria unidade de exploração? Observou-se que isso não ocorre. As dificuldades de acesso ao crédito ou a outras fontes formais de financiamento, e não o conhecimento, tolhem essa possibilidade de desenvolvimento da pequena produção agrícola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da agricultura brasileira na expansão total da economia tem sido substancial. Contudo, no Estado do Pará, essa importante participação se faz às custas de dois aspectos perniciosos: o desperdício do fator de produção terra e a manutenção, ao nível de penúria, dos pequenos agricultores, sobre cujos ombros repousa a responsabilidade do fornecimento de alimentos. Daí decorre que a produtividade agrícola média da agricultura estadual situa-se abaixo da nacional. Além disso, é de se prever o colapso do setor de alimentos. A proletarianização do pequeno produtor indica essa tendência, apenas o resultado é adiado para o médio e longo prazos em decorrência do grande número de agentes produtores.

A política de modernização da agricultura – tentada a partir de 1967, quando se iniciou a fase do chamado milagre brasileiro –, deve estar plenamente identificada com as necessidades de superação da atual vida econômica e social e com a manutenção da democracia e da justiça social. Não se trata de sustentar e ampliar a agricultura de

subsistência. O processo de modernização da agricultura é desejável desde que alteradas as suas vigentes características seletivas, socialmente perversas.

A pequena agricultura praticada no Estado do Pará tem dado provas de incapacidade de operar com sistemas de produção sofisticados, em razão dos altos investimentos exigidos do agricultor. A médio e longo prazos, esta incapacidade retarda o desenvolvimento econômico e social da agricultura estadual, considerando o significado usual de desenvolvimento, impedindo que seja confundido com o simples crescimento. Aniquila-se inexoravelmente com o pequeno agricultor, tornando inevitável o colapso da produção de alimentos a que se dedica.

O desenvolvimento agropecuário do Estado do Pará, como de resto da Amazônia, é absolutamente necessário. É inelutável dever ser compatível com a preservação do meio ambiente, apenas garantido pelo crescimento da consciência ecológica e pela decorrente boa utilização dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, F. de A. O investimento na economia camponesa: considerações teóricas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.15, n.1, p.83-100, jan.-mar.1995.
- FAISSOL, S. Aspectos formais do estado das migrações internas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1978, Campos do Jordão. **Anais**. Campos do Jordão, 1978. p.11-50.
- HOMMA, A.K.O.; ROCHA, A.C.P.N. da; SANTOS, A.I.M. dos; CONTO, A.J. de; RODRIGUES, C.; FERREIRA, C.A.P.; OLIVEIRA, P.M. de; WALKER, R.T.; CARVALHO, R. de A. **Dinâmica dos sistemas de produção na Transamazônica**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1997. no prelo.
- HOMMA, A.K.O.; WALKER, R.T.; SCATENA, F.N.; CONTO A.J. de; CARVALHO, R. de A.; ROCHA, A.C.P.N. da; FERREIRA C.A.P.; SANTOS, A.I.M. dos. A dinâmica dos desmatamentos e das queimadas na Amazônia: uma análise microeconômica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 31., 1993, Ilhéus-BA. **Anais**. Brasília: SOBER, 1993, v.2, p.663-676.
- HURLY, H.J. *Diário Oficial do Estado do Pará*, n. 8599, 8602-4, de 22, 26-08 de julho de 1921. Belém. Relatório de Viagem.
- JOHNSON, G.L.; HARDIN, L.S. **Economics of forage evaluation**. Lafayette: Purdue Agriculture Experiment Station, 1955. p. 6-12. (North Central Regional Publication, 40).
- MARTINS G.; PELIANO, J.C. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Brasília: IPEA/IPLAN, 1978.

- NAKAGIMA, C. *Subsistence and commercial family farms: some theoretical models of subjective equilibrium.* In: WHARTON Jr., C.R. ed. **Subsistence agriculture and economic development.** Chicago: Aldine Publishing Company, 1969. p.165-185.
- PAIVA, R.M. *Modernização e dualismo tecnológico na agricultura: uma reformulação.* **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.117-161, jun.1975.
- SANTOS, A.I.M. dos. **Avaliação da adoção de inovações tecnológicas na agricultura do nordeste do Estado do Pará.** Belém: UFPA/NAEA, 1990. Tese de Mestrado.



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Trav. Dr. Enéas Pinheiro s/n, Caixa Postal 48,
Telex (091) 1210, Fax (091) 226-9845 CEP 66017-970
e-mail: cpatu@cpatu.embrapa.br*



*Impressão e acabamento:
Embrapa Produção de Informação*